

Procedimento concursal comum para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal do Gabinete Nacional de Segurança

Ata n.º 2

Ao segundo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, nas instalações do GNS, sito na Rua da Junqueira, n.º 69, Lisboa, reuniu o Júri nomeado para o procedimento concursal comum para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal do GNS, com a presença dos seguintes elementos:

Presidente	José Manuel dos Santos Coelho	Assessor da Direção para os Serviços Essenciais
Vogal Efetivo	Rogério Saraiva Rodrigues	Chefe da Equipa Multidisciplinar de Administração e Logística do Gabinete Nacional de Segurança
Vogal Efetiva	Lígia Maria Duarte Farrica	Chefe da Equipa Multidisciplinar de Gestão de Pessoas e Bem-Estar do Gabinete Nacional de Segurança

A presente reunião teve como objetivo a apreciação das candidaturas recebidas e verificação dos requisitos de admissão, com vista a eventual notificação, aos candidatos que os não reúnam, da intenção de exclusão.

Considerando que o aviso de abertura do presente procedimento concursal foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 08 de maio e na Bolsa de Emprego Público (BEP) no mesmo dia, e que a data-limite para a entrega das candidaturas terminou a 22 de maio de 2026, o Júri, nos termos do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro (adiante designada por Portaria), procedeu à análise das mesmas.

Foram recebidas 05 candidaturas, de acordo com a seguinte lista, ordenada alfabeticamente:

- Ana Cláudia das Neves Coelho
- Carla Alexandra Figueiredo Borges
- Cristina Maria de Almeida Guerra
- Idalina Alexandra Marques Rebolo
- Rui Flor da Fonseca

Verificados os elementos apresentados pelos candidatos, designadamente a posse dos requisitos exigidos e a apresentação dos documentos impostos no aviso de abertura, o Júri deliberou o seguinte:

a) Admitir ao procedimento concursal os candidatos:

- Carla Alexandra Figueiredo Borges
- Rui Flor da Fonseca

por reunirem os requisitos gerais e especiais de admissão, e terem apresentado a candidatura nos termos previstos e com os documentos necessários para comprovar a reunião de tais requisitos, devendo ser notificados nos termos do n.º 4 do artigo 16.º da Portaria, por correio eletrónico.

b) Notificar a candidata **Ana Cláudia das Neves Coelho**, para apresentar Declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, que comprove a natureza da relação jurídica de emprego público de que é titular, a respetiva antiguidade na Função Pública, bem como a avaliação de desempenho (menções qualitativas e quantitativas obtidas) relativa aos 3 últimos ciclos avaliativos ou, sendo o caso, indicação dos motivos de não avaliação, tal como solicitado no aviso de abertura (ponto 9.2 alínea e)), dado que a declaração apresentada não permite aferir a titularidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nem as avaliações de desempenho obtidas, bem como para apresentar declaração a dar consentimento ao GNS para que as notificações no âmbito do presente procedimento possam ser efetuadas por correio eletrónico, conforme disposto no artigo 63.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro de forma a completar a sua candidatura e permitir a verificação dos requisitos, nos termos dos artigos 14.º, 15.º e 16.º da Portaria, à do presente estabelecendo para o efeito um prazo de 10 dias úteis.

c) Notificar a candidata **Cristina Maria de Almeida Guerra**, para apresentar Declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, que comprove a respetiva antiguidade na categoria e na Função Pública, bem como a avaliação de desempenho (menções qualitativas e quantitativas obtidas) relativa aos 3 últimos ciclos avaliativos ou, sendo o caso, indicação dos motivos de não avaliação, tal como solicitado no aviso de abertura (ponto 9.2 alínea e)), dado que a declaração apresentada não permite aferir a antiguidade na categoria, nem as avaliações de desempenho obtidas, bem como para apresentar declaração emitida e autenticada pelo serviço onde o candidato exerce funções ou de origem, com data posterior à do presente aviso, com a descrição do conteúdo funcional do candidato, em que constem as funções, atividades, atribuições e competências que se encontra a desenvolver e o grau de complexidade das mesmas, de forma a completar a sua candidatura e permitir a verificação dos requisitos gerais e especiais, nos termos dos artigos 14.º, 15.º e 16.º da Portaria, estabelecendo para o efeito um prazo de 10 dias úteis.

d) Notificar a candidata **Idalina Alexandra Marques Rebolo**, por correio eletrónico, para apresentar cópia do Cartão de Cidadão, tal como solicitado no aviso de abertura (ponto 9.2 alínea b)), de forma

a permitir a verificação dos requisitos gerais, nos termos dos artigos 14.º, 15.º e 16.º da Portaria, estabelecendo para o efeito um prazo de 10 dias úteis.

Todas as deliberações foram votadas nominalmente e aprovadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, de que se lavrou a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada e rubricada por todos os membros do Júri nela presentes.

O Presidente

José Manuel dos Santos Coelho

O Vogal Efetivo

Rogério Saraiva Rodrigues

A Vogal Efetiva

Lígia Maria Duarte Farrica